

PMS / FMLF  
BIBLIOTECA

Journal: A Tarde

Data: 16/01/2011

Caderno: Página: 12

Assunto: Deficiente

## ACESSIBILIDADE Prefeitura engaveta a iniciativa e impede que 5 carros transportem pessoas com limitações de mobilidade

# Projeto de táxis adaptados é abandonado

GEORGE BRITO

Cinco táxis especiais adaptados para passageiros com deficiência física e mobilidade reduzida estão parados há cinco anos, impedidos de rodar por responsabilidade da Prefeitura de Salvador. Enquanto isso, mais de 400 mil deficientes físicos, 16% da população soteropolitana, enfrentam dificuldades para utilizar o sistema individual de transporte.

A capital tem hoje cerca de 7,2 mil táxis, nenhum apto a transportar deficientes, idosos, pós-operados ou obesos. A prefeitura abandonou um projeto, elaborado em 2005, que previa uma frota de 50 veículos adaptados para circular na cidade, contando com 15 a 20 pontos exclusivos destinados a esse público. Um decreto, o primeiro sobre o

tema no País, chegou a ser publicado no Diário Oficial do Município, em 5 de julho daquele ano, mas nunca saiu do papel.

Recursos da ordem de R\$ 3 milhões foram alocados por meio do Banco do Brasil (BB), vindos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT). Seriam destinados para financiar a compra e adaptação dos carros e o treinamento dos motoristas, que não poderiam ser taxistas.

Só cinco motoristas tiveram condições financeiras de aderir ao projeto, uma vez que o financiamento do BB demandava entrada de R\$ 7,3 mil para compra do veículo — um Renault Kangoo, no valor, à época, de aproximadamente R\$ 36,4 mil. Desembolsaram ainda, cada um, R\$ 4,9 mil pelo elevador para aco- plar a cadeira de rodas.

Como não eram taxistas, os cinco motoristas tiveram de obter um alvará de circulação provisório. O problema começou neste ponto.

### Sem alvarás

Devido ao contingente extra de táxis nas ruas, a prefeitura não concede mais novos alvarás. Hoje, há excesso de 1.415 táxis em Salvador. Considerando uma população estimada em 2,9 milhões de pessoas, e a proporção de um táxi para 500 habitantes, definido no Decreto Municipal 9.686/92, que regula o setor, deveria haver somente 5.785 táxis — contra os cerca de 7.200 que rodam hoje.

O alvará provisório foi concedido em janeiro de 2006 e renovado em agosto do mesmo ano, com autorização de Moacir Brum, à frente da

**Salvador tem hoje mais de 400 mil deficientes físicos, mas não possui nenhum táxi adaptado. Prefeitura abandonou projeto, sob suspeita de irregularidades**

Especiais (Getax), vinculada à Superintendência de Trânsito e Transporte (Transalvador). A concessão provisória foi considerada irregular pelo Ministério Público (MP-BA), que pediu explicações.

### Tempo perdido

Os cinco táxis especiais nunca chegaram a rodar porque dependiam de vistoria e da liberação de um alvará permanente. Desde então, segundo os motoristas, a prefeitura abandonou o projeto alegando que haveria irregularidades. Moacir Brum deixou o cargo sem explicar a concessão.

Em 2008, uma comissão foi formada na Secretaria de Transporte e Infraestrutura (Setin) para investigar o caso, pois havia suspeitas de venda dos alvarás provisórios. Um dos motoristas admitiu a re-

portagem ter comprado a concessão por R\$ 23 mil.

Nos últimos quatro anos, passaram pela Setin pelo menos quatro secretários: Nestor Duarte, Almir Mello, Eivaldo Jorge e o atual Marcelo Abreu. O projeto dos táxis nunca foi retomado.

Nesse tempo, outras capitais brasileiras implementaram as frota especiais. São Paulo conta com 80 carros adaptados; o Rio tem 40; e o Ceará, 30.

Por meio da assessoria de imprensa, a Setin alega não dispor de informações sobre o andamento do projeto nem sobre o resultado da investigação feita pela comissão. Informa, ainda, que o atual secretário tem menos de um mês no cargo, está em fase de transição, conhecendo os assuntos da secretaria e que ainda não concede entrevistas.



Cledson Oliveira, presidente da Associação Municipal e Metropolitana das Pessoas com Deficiência Física, sente na pele a ausência do serviço adequado dos táxis em Salvador

## MP-BA aguarda proposta de regulamentação do Município

A retomada e execução correta do projeto só depende da prefeitura. A coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, promotora do MP-BA Rita Tourinho, informou que aguarda a Secretaria de Transporte e Infraestrutura (Setin) regulamentar o serviço de táxis adaptados, sanando as irregularidades.

"Na última reunião que tivemos, há mais de seis meses, eles ficaram de apresentar a proposta de regulamentação", afirmou. Segundo a promotora, a prefeitura deve incluir os cinco motoristas prejudicados pela irregularidade no projeto abandonado.

### Briga judicial

Rachel Jaques Marchi, Vera Lúcia Bonfim, Andréa Maria Oliveira, Itamar Mendes Souza Filho e Paulo Borges, que fizeram o financiamento no Banco do Brasil, estão en- di-



Itamar Mendes financiou o táxi adaptado, porém não possui a licença para trabalhar

vidados e correm risco de perder os carros.

"Eu não tenho como pagar. São vários anos devendo R\$ 800 por mês", desabafou a educadora física Raquel Marchi, 37, que foi notificada pelo BB a devolver o veículo. Rachel e os outros quatro motoristas entraram na Justiça por reparação de danos, con-

tra a prefeitura, o banco, a Renault e a empresa RBM Tecnologia e Serviços, que fez a adaptação dos veículos.

"Meu prejuízo é superior a R\$ 40 mil. Até pouco tempo, o banco debitava direto na nossa conta", lamentou o supervisor administrativo Itamar Mendes, 48. Os carros, ele conta, chegaram com danos.

**Segundo os donos, os táxis chegaram sem a cadeira de rodas e com vidros danificados**

## Cadeirantes enfrentam desconforto e preconceito

O presidente da Associação Municipal e Metropolitana das Pessoas com Deficiência Física, Cledson Oliveira Cruz, lamenta o quadro que ele mesmo sofre na pele. "Tenho a necessidade de pegar táxi, mas, para pegar um, tenho de chamar cinco", afirmou o cadeirante.

Integrante do Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, Cledson chama a atenção para o lado econômico de uma política de transporte voltada para o público. "Somente 25% da comunidade de deficientes tem poder aquisitivo para pagar o uso recorrente do táxi ou tem família com esse potencial", explicou, lembrando, ainda, das pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, obesos e pós-operados.

Cledson faz as contas. "Se o projeto da frota de 50 veículos tivesse vingado, seriam até 2,5 mil clientes por veículo", ele calcula, apontando para o potencial de lucro dos taxistas. E critica a postura da prefeitura. "Temos uma mágoa pro-

funda hoje por esse emperramento com o Poder Executivo. O município não faz porque não quer, e estamos à beira da Copa de 2014 e de uma Olimpíada, em 2016, no Brasil", disse, lembrando o turismo.

### Treinamento

Rosana Lago, secretária-executiva trilingue e cadeirante, 39, critica a falta de treinamento dos taxistas. "A dificuldade é o espaço para a cadeira de rodas e o preconceito, porque muitos motoristas não querem transportar o cadeirante", ela reclama.

Rosana lembra da dificuldade de sair à noite nos finais de semana: "Ir a um cinema, por exemplo, no domingo. Depois das 22h, não tem mais ônibus e preciso de um táxi. Muitas vezes, deixo de sair".

O presidente do Sindicato dos Taxistas (Sinditaxi), Carlos Augusto, defende os táxis adaptados e o treinamento. "Aqui, tem curso gratuito de inglês e espanhol e ninguém frequenta", exemplificou.